



## **Inclusão universitária sob as perspectivas do acesso e da permanência: avaliação do sistema de cotas nos PPGs da UENF (Lei nº 6.914/2014)**

*Rafaela Nogueira do Nascimento, Shirlena Campos de Souza Amaral*

A educação é reconhecida como direito social e cultural, conforme define a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Certifica-se seu enorme potencial transformador enquanto viabilizador da ascensão dos indivíduos e do desenvolvimento e participação social. Entretanto, no que tange às universidades brasileiras, desde seus primórdios coloniais privilegiaram a formação das elites, criando-se disputas e tensões entre grupos de diferentes culturas, classes, cor/raça, religião, dentre outros (GISI, 2006). Nesse sentido, em uma perspectiva de *justiça distributiva* acoplada à *justiça cultural* (FRASER, 2001), o Estado do Rio de Janeiro institui por meio das Leis nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015 a política de cotas na Pós-graduação em suas universidades públicas, a saber, UENF, UERJ e UEZO. Nesse sentido, a pesquisa objetiva analisar a política em relação ao acesso, permanência e conclusão dos discentes cotistas. Especificamente, com foco nos anos de 2016 a 2019, intenciona investigar como se dá a implementação do sistema de cotas na UENF, sob a perspectiva dos discentes cotistas; avaliar a eficácia do sistema de cotas, observando desde os entraves na legislação até os critérios de seleção utilizados pelas comissões técnicas; comparar o quantitativo de inscrições nos processos seletivos na modalidade cota com o de aprovados, demonstrando o motivo de indeferimento ou reprovação; evidenciar o perfil socioeconômico do discente cotista, bem como compreender a realidade acadêmica em que esse esteve inserido em etapa anterior e seus reflexos em seu desempenho na pós-graduação, suas necessidades pessoais e aspirações profissionais; e, verificar os indicadores de permanência e evasão anuais. Metodologicamente, trata-se de um estudo primordialmente qualitativo, por meio de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009). Para tanto, realizar-se-á mapeamento dos cursos junto à Secretaria Acadêmica e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UENF, bem como aplicar-se-á questionários estruturados aos discentes cotistas. Espera-se com o estudo colaborar com diagnósticos sobre a implementação de ações afirmativas nos programas de Pós-graduação (PPGs) das universidades brasileiras, de modo a contribuir para a avaliação e proposição de estratégias de garantia desse direito.

Palavras-chave: Universidade, Política de cotas, Permanência estudantil, Pós-graduação.

Instituição de fomento: FAPERJ, UENF